

Nova proposta limita alcance da anistia às dívidas bancárias

Telefoto de Jamil Bitar



Humberto Souto e Mansueto de Lavor examinam o texto da nova emenda

BRASÍLIA — Após adiar a votação da anistia da correção monetária das dívidas dos micro, pequeno e médios empresários — marcada para a próxima quarta-feira — as lideranças partidárias da Constituinte começaram a elaborar ontem nova emenda, a partir de proposta dos parlamentares ligados ao Palácio do Planalto.

Ela exclui os médios empresários, reduz o prazo de abrangência de 31 de dezembro de 1987 para 22 de novembro de 1986 (data da volta da correção monetária), o prazo de quitação da dívida de 180 para 90 dias e estabelece critérios que limitam o número de beneficiados e diminuem para CZ\$ 100 bilhões — 80 por cento do setor público — a despesa com a anistia.

O Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), um dos autores da proposta original, contestou sobretudo a redução do prazo de abrangência, que "excluiria 60 por cento dos beneficiados, principalmente microempresários", e a exclusão dos médios empresários rurais. Mesmo assim, está disposto a negociar só até terça-feira.

A data da votação foi marcada pelos três autores da emenda original. Revoltados com o adiamento da votação na sessão de ontem, em consequência de manobras das lideranças partidárias, o Deputado Humberto Souto (PFL-MG) e Mansueto de Lavor procuraram o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e

também abandonaram o texto negociado com as lideranças partidárias durante 30 horas, retornando à fusão original de emendas.

Para Mansueto, esta emenda implicaria um custo inferior a US\$ 1 bilhão (CZ\$ 185 bilhões), embora o Ministro da Fazenda insista na cifra de US\$ 5 bilhões (CZ\$ 925 bilhões). A única novidade é a explicitação dos valores máximos de receita anual na classificação dos produtores rurais — pequenos até 5.000 OTNs e médios

até 15.000 OTNs.

No plenário, os líderes partidários começaram a elaborar emenda alternativa, a partir de sugestões apresentadas pelo Deputado Gilson Machado (PFL-PE). Segundo um líder do Centrão, a emenda foi articulada pelo Palácio do Planalto, embora o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), negue a vinculação. A proposta agradou tanto ao Líder do Governo como aos líderes dos partidos de esquerda.

Incentivos fiscais vão ser revistos

BRASÍLIA — A Constituinte aprovou ontem, por acordo de lideranças, fusão de emendas que determina a revisão de todos os incentivos fiscais cedidos até hoje. Aqueles que não forem confirmados por lei, num prazo de dois anos, pelo Poder Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios serão revogados. Os incentivos começaram a ser cedidos no fim da década de 50, com o objetivo de estimular as indústrias a investirem no Nordeste, mediante abatimento no Imposto de Renda dos recursos que fossem aplicados na região.

A Constituinte aprovou ainda a criação de uma Lei Agrícola que regulará a política do setor, estabelecendo prioridades, planejamento de safras, abastecimento interno e mercado externo. A lei criará um crédito fundiário que, segundo o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), será aplicado na reforma agrária.

As negociações mantiveram os dispositivos do Centrão que determinam a revisão, por uma comissão mista do Congresso, de todas as concessões, vendas e doações de terras públicas que tenham mais de três mil hectares, realizadas nos últimos 29 anos. A revisão será feita no período de três anos após a promulgação da Constituição e terá como objetivo verificar a legalidade ou não das transações. Se for constatada ilegalidade ou se interessar ao Poder Público, as terras serão devolvidas à União, Estados e Municípios.

●ENFITEUSE — A Assembléia rejeitou ontem emenda da Deputada Ana Maria Rattes (sem partido-RJ) que pretendia acabar com o instituto da enfiteuse — que permite ao proprietário de um terreno receber anualmente 2,5% do valor do imóvel de quem o estiver ocupando — para os terrenos privados. Prevaleceu o texto do Centrão que assegura os termos firmados pelos contratos que já estão em vigor. Segundo a Deputada, os maiores beneficiados do instrumento moram em Petrópolis.

Sarney: Medida acabaria com o estado de direito

BRASÍLIA — "A anistia, se aprovada nos termos em que está colocada, vai acabar com o estado de direito e com a segurança dos contratos". A afirmação é do Presidente José Sarney e reflete a preocupação do Governo com a fusão das emendas às Disposições Transitórias da nova Carta que propõem anistia a dívidas contraídas durante o Plano Cruzado.

Sem disfarçar o cansaço de uma visita de seis horas à cidade de Conceição do Mato Dentro, em Minas, Sarney disse ao GLOBO que a anistia aos micro, pequenos e médios empresários deveria ser examinada do ponto de vista ético.

— A proposta beneficia indiscrimi-

nadamente alguns setores da sociedade. Acredito, entretanto, que a solução para essas dívidas deveria ser analisada pela rede bancária caso a caso — frisou ele.

Em conversas informais, o Presidente tem condenado o componente de injustiça que julga existir nas propostas de anistia aos empresários inadimplentes. Um de seus assessores citou, como exemplo, a injustiça de se liberar bilhões de cruzados para os associados da UDR, cujo Presidente, Ronaldo Caiado, é um dos maiores defensores da anistia, em detrimento dos assalariados.

Um Ministro de Estado advertiu ontem que a aprovação da anistia

Redução de prazo e teto

É a seguinte a proposta das Lideranças partidárias:

Beneficiados — I — Micro e pequenos empresários ou seus estabelecimentos, no período de 28 de fevereiro a 22 de novembro de 1986;

II — pequenos produtores rurais, no mesmo período, desde que relativos a crédito rural.

Liquidação — § 1º — A não incidência de correção monetária só será concedida se a liquidação dos débitos vier a ser efetivada no prazo de até 90 dias.

Crêditos — § 2º — É vedada a concessão dos benefícios deste artigo a constituintes.

§ 3º — Os benefícios desta emenda não se aplicam aos tomadores que não tenham cumprido os objetivos a que se destinaram os empréstimos.

§ 4º — É vedada a utilização de recursos públicos para indenizar instituições financeiras dos prejuízos decorrentes desta emenda, exceto dos bancos de desenvolvimento e bancos oficiais.

Sessão de hoje é suspensa para líderes negociarem

BRASÍLIA — A Constituinte não terá sessão hoje para que os líderes tentem chegar a acordos sobre a reforma administrativa, a estabilidade para os servidores e a revisão dos vencimentos dos aposentados, além da anistia da correção monetária das dívidas dos micro e pequenos empresários. As lideranças esperam terminar o primeiro turno no fim da próxima semana, mesmo que as votações sejam suspensas até a obtenção de acordos sobre artigos ainda não apreciados.

Na reunião realizada na manhã de ontem, os líderes discutiram até o artigo 50 — dos 72 existentes — sem chegar a consenso sobre as matérias polêmicas. O Centrão concordou com a reinclusão do dispositivo que permite reformas administrativas na União, Estados e Municípios. Mas os

partidos de esquerda temem que os atuais governadores e o Governo federal ganhem poderes excessivos, permitindo reformas por interesses políticos.

O PT concorda com o prazo retroativo de cinco anos para a estabilidade dos servidores, mas discute os critérios de inclusão dos chamados "assessores especiais". O Centrão, que tem a mesma preocupação, propôs que algumas categorias sejam excluídas da efetivação.

São previstas dificuldades para as negociações sobre a Previdência Social. Segundo um estudo apresentado pelo Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), a revisão dos atuais valores das aposentadorias traria um ônus adicional para a Previdência, cujos encargos já teriam sido aumentados em 70% com os artigos já aprovados.

Deputado acredita na liberação do jogo

BRASÍLIA — O Deputado Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) afirmou ontem que a presença de 450 parlamentares na Assembléia Constituinte será suficiente para a aprovação de sua emenda, que revoga a lei que proíbe o jogo no Brasil. Segundo o Deputado, a emenda — que já conta com o apoio de 250 constituintes — impede, na prática, que o Presidente da República possa vetar qualquer lei do Congresso Nacional regulamentando o jogo no País.

Ele acredita que o jogo dará emprego a mais de 100 mil trabalhadores e evitará que saiam do País os cerca de 500 milhões de dólares que são gastos em cassinos estrangeiros.